

A INFLUÊNCIA DA AÇÃO CATÓLICA NA ATUAÇÃO SOCIAL E PASTORAL DE D. WALDYR CALHEIROS: O CASO DOS DIREITOS HUMANOS NA CIDADE VOLTA REDONDA¹

LA INFLUENCIA DE LA ACCIÓN CATÓLICA EN SOCIAL Y PRÁCTICA DE LA PASTORAL D. WALDYR CALHEIROS: EL CASO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN LA CIUDAD DE VOLTA REDONDA

Luiz Fernando Mangea da SILVA*

Resumo: O presente artigo faz uma análise da influência da Ação Católica na atuação social e pastoral de D. Waldyr Calheiros de Novaes na Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda, tendo como base o contexto sociopolítico nacional e local do início da década de 1950 até 1968. Essa atuação se inicia a partir do episódio referente à violação dos direitos humanos, em que operários da Companhia Siderúrgica Nacional e intelectuais volta-redondenses foram presos após uma comemoração pelos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. No evento, também foram comemorados os dois anos da chegada e posse do bispo à diocese. Houve, por parte da organização do evento, a iniciativa de incluir dramatizações que simbolizavam o universo dos trabalhadores. Não podemos esquecer que Volta Redonda era uma cidade militarizada, por causa da instalação do 1º Batalhão de Infantaria Blindada em Barra Mansa, cidade vizinha. O serviço de espionagem do regime militar identificou as lideranças operárias e intelectuais, o que resultou nas prisões dos organizadores do evento. Foi nesse episódio que o bispo se declarou preso no batalhão, em protesto contra a detenção dessas lideranças.

Palavras-chave: Waldyr Calheiros de Novaes – Ação Católica – Ditadura Militar e Direitos Humanos.

Resumen: Este artículo analiza la influencia de la Acción Católica en el trabajo social y pastoral D. Waldyr Calheiros de Novaes en la Diócesis de Barra do Piraí/Volta Redonda, en función del contexto socio-político nacional y local de la década de 1950 hasta 1968. Dicha acción se inicia desde el episodio relativo a la violación de los derechos humanos, en el que los trabajadores nacionales Steel Company y los intelectuales era redondenses fueron arrestados después de una celebración para el 20 aniversario de la Declaración universal de los derechos humanos. En el evento, también se celebraron dos años de la llegada e instalación del obispo de la diócesis. Hubo, por la organización del evento, la iniciativa de incluir dramatizaciones que simbolizaban el universo de los trabajadores. No podemos olvidar que Volta Redonda era una ciudad militarizada, debido a la primera instalación de Batallón de Infantería Blindada en Barra Mansa, cerca de la ciudad. El servicio de inteligencia del régimen militar identificado el trabajador y líderes intelectuales, lo que resultó en el arresto de los organizadores del evento. Fue este episodio que el obispo declaró atascado en el batallón, en protesta contra la detención de estos dirigentes.

Palabras clave: Waldyr Calheiros de Novaes – Acción Católica – La Dictadura Militar y los Derechos Humanos.

* Mestre em História Social – Núcleo de Estudos de História e Tempo Presente (NEHTEMP) – Universidade Severino Sombra (USS), CEP: 27700-000, Vassouras, Rio de Janeiro – Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: lfms.luiz@ig.com.br

A ordenação episcopal de D. Waldyr ocorreu no dia 1º de maio de 1964. A escolha dessa data se deu por três razões. Em primeiro lugar, remete a sua infância na cidade de Murici, no interior do estado de Alagoas, quando, ainda menino, ajudava na propriedade rural da família. Nessa época, ele passou a vivenciar o trabalho rural, pois ajudava o pai a transportar cana-de-açúcar para uma usina daquela região. Em segundo, o contato que Waldyr teve com a Juventude Operária Católica (JOC)² ainda na época de seminarista e também como pároco na Paróquia de São Francisco Xavier. Em terceiro, pelo simbolismo da data, que foi instituída pelo papa Pio XII³, em 1º maio de 1955⁴, como a festa de São José Operário, data em que se comemora mundialmente o Dia do Trabalho. O papa Pio XII quis ressaltar a nobreza do trabalho, ficando o exemplo de São José como aquele a ser seguido por todos os trabalhadores cristãos.

Mas aquilo que o papa buscava não era simplesmente ressaltar a nobreza do trabalho ou do trabalhador, e sim, afastar o “trabalhador cristão” da eminência do comunismo na Europa. Isso, evidentemente, fez com que a Igreja se voltasse para as questões sociais, sobretudo nos países menos desenvolvidos, como o Brasil. Foi dentro desse contexto que a Ação Católica Brasileira (ACB) desempenhou suas ações sociais, focando-se em um assistencialismo nas periferias dos grandes centros urbanos e classe operária.

Esses fatores, acrescidos da influência que a Ação Católica (AC) trouxe para sua formação intelectual e pastoral, foram determinantes para que o bispo escolhesse o dia 1º de maio para simbolizar e sinalizar suas atividades pastorais e sociais.

Os primeiros contatos do clérigo com a Ação Católica Brasileira vieram daquelas experiências que ele tivera com grupos da JOC e da Ação Católica Independente (ACI)⁵. D. Waldyr resume como se deu o contato com esses movimentos religiosos:

Nos fins de semana, era possível deixar o seminário para ver o trabalho pastoral nas paróquias. Na ocasião, participávamos de encontros de diversos ramos da Ação Católica, sem nos fixarmos em um. Acompanhei a JOC, a ACI... Foi assim que comecei (COSTA; PANDOLFI; SERBIN, 2001, p. 35).

Como é sabido, a Ação Católica atuava em vários meios sociais (como nos grêmios estudantis, diretórios acadêmicos, nas ligas camponesas, etc.), influenciando e sendo influenciada pelo meio social em que atuava. Um dos princípios que determinava a atuação da Ação Católica era o da especialização empírica das experiências grupais.

Para Alceu Amoroso Lima, a AC especializada é a adaptação “à variedade de meios sociais à variedade de temperamentos pessoais, à variedade de tarefas a empreender” (LIMA, 1938, p. 271).

Desse modo, a AC pode ser considerada como um instrumento de análise, para compreender as ações religiosas e sociais adotadas por D. Waldyr. Lima resume a Ação Católica e sua finalidade da seguinte forma:

A Ação Católica não veio, pois, suprimir a ação dos católicos naquilo que tem de realmente irreduzível a denominadores comuns. Continua a ser ela a porta de entrada para o serviço da Fé e representa sempre o grau de justa ação pessoal, dentro dos corpos coletivos em que se vai integrar, para a sua plenitude e não para a sua mutilação (LIMA, 1938, p. 255).

A Ação Católica combatia de certa forma o ateísmo social⁶ e o crescimento de outras religiões, principalmente o protestantismo, que seria o responsável pela queda do número de católicos no país.

Para fortalecer o poder do catolicismo e construir uma ideia de unidade, não necessariamente de uniformidade, a Igreja tentava estabelecer uma relação de diferença entre o católico social, que age nos moldes da Ação Católica, e o militante político, que faz política partidária, ou seja, age de acordo com o regulamento de um Partido Político. No primeiro caso, o catolicismo se tornaria um instrumento em que as pessoas passariam a desenvolver ações tanto espirituais quanto sociais. Já o militante político exerce uma atividade estritamente partidária, ou seja, reservada aos Partidos Políticos. Nesse sentido, Lima diferencia a Ação Católica e o Partido Político da seguinte forma:

Um partido político é uma organização essencialmente autônoma, com governo próprio e programa seu. A A. C. é uma organização subordinada à Igreja com uma direção que a atua sob a orientação e por mandato da hierarquia eclesiástica e com o programa que lhe vem dos próprios fins sociais da Igreja (LIMA, 1938, p. 213).

Diante do exposto, podemos perceber que a Igreja buscou fortalecer suas ações em diversos movimentos religiosos⁷ para que um maior número de leigos fosse agregado à Igreja. Mas, esses leigos deveriam ser sempre supervisionados por padres, bispos, arcebispo ou outras autoridades eclesiásticas.

A transposição das ideias de um movimento religioso, seja ele qual for, necessita de elaborações teóricas para o terreno das realizações práticas. Ao elaborar a teoria com o objetivo de preparar o caminho da realização prática, esses movimentos empregam um determinado instrumento, que pode ser utilizado no plano mental ou no material. O

primeiro ocorre à medida que se formula a ideia de pertencimento a uma mesma identidade, tanto na vida social quanto na vida religiosa. É um discurso de convencimento e um código moral que deve ser seguido por todos. O segundo caso ocorre à medida que se reúnem condições materiais suficientes para tal realização, que pode ser por meio das armas ou do dinheiro.

A Ação Católica Brasileira não se diferenciava das suas congêneres europeias no que se refere ao campo de atuação e de disseminação dos referenciais do catolicismo. Além disso, podemos observar que, para pôr em prática o projeto de cristianização da sociedade brasileira, a Ação Católica explorou maciçamente o “plano ideológico”, por meio de uma rede social montada por clérigos, leigos e instituições religiosas e civis.

A rede montada pela Igreja Católica no Brasil, por meio da ACB, tinha como objetivo defender o interesse católico, tanto no campo religioso quanto no campo político e social. Com esse modelo de neocristandade⁸, a Igreja revitalizaria sua presença na sociedade brasileira.

D. Waldyr reconheceu a importância da Ação Católica para os movimentos litúrgicos e para os movimentos sociais, ressaltando-a da seguinte forma: “A Ação Católica se antecipou, com suas propostas, a muitas renovações consagradas pelo Concílio Vaticano II, como alguns movimentos litúrgicos e sociais” (COSTA; PANDOLFI; SERBIN, 2001, p. 34).

Por meio da ACB, o leigo era chamado a ter maior participação no apostolado, mas suas atividades eram desenvolvidas de forma hierárquica, pois os trabalhos pastorais e sociais eram sempre acompanhados por um padre local. E este estava subordinado a um bispo, que, por sua vez, estava subordinado ao núncio apostólico. Lima explica como se dava a subordinação e a responsabilidade daqueles que agem em nome da Igreja dentro da Ação Católica:

O mandato, tanto do pároco nas obras de A. C. de sua paróquia, como do leigo, nas organizações fundamentais, vem do Bispo. A subordinação se opera por esse mandato expresso, pois não há mandatos em matéria de ação católica. O mandato constitui, portanto, as credenciais com que o leigo mostra os poderes que tem de agir em nome da Igreja. [...] O fiel, que faz A.C., vai agir em nome da Igreja, vai portanto acarretar, com sua ação, uma responsabilidade para a Igreja. Daí a necessidade de uma centralização em mãos dos bispos, e por delegações destes, em mãos dos párocos, de toda autoridade em matéria de ação católica (LIMA, 1938, p. 207).

Desse modo, a hierarquia eclesial acompanhava não só a atuação dos leigos, mas também a atuação dos próprios religiosos. Além disso, é preciso acentuar que não é

apenas uma rede de vigilância que está sendo discutida, mas uma aproximação maior dos leigos com a hierarquia.

Esses preceitos se fundamentavam na subordinação espontânea dos leigos às autoridades eclesiásticas, por uma fisionomia própria da Ação Católica. Como essa subordinação ocorria dentro de uma ordem espiritual, os fiéis viveriam de acordo com os mandamentos doutrinários do catolicismo. Isso ocorria por meio do domínio da atividade sacramental da Igreja Católica, fazendo com que a hierarquia clerical tivesse proeminência sobre os leigos.

Desse modo, as ações desenvolvidas por D. Waldyr não se tratavam de ações político-partidárias, como fazem os políticos profissionais, que buscam uma ação política para assegurar privilégios e bens materiais. Apesar de Weber ressaltar que todos os seres humanos fazem política ao interagir socialmente, as ações políticas podem se diferenciar de acordo com a sua finalidade:

Pode-se exercitar a política de maneira ‘ocasional’, mas é igualmente possível transformar a política em profissão secundária ou profissão principal, exatamente como ocorre na esfera da atividade econômica. Todos exercitamos ‘ocasionalmente’ a política ao introduzirmos nosso voto em uma urna ou ao exprimirmos nossa vontade de maneira semelhante, como, por exemplo, manifestando desaprovação ou acordo no curso de uma reunião ‘política’ etc. (WEBER, 2011, p. 75-76).

Todavia, as ações sociais desenvolvidas pelo bispo eram complementadas por uma experiência espiritual, que dava a essas ações uma mística religiosa, pautada pelo Evangelho. Assim, proporcionavam a difusão da mensagem religiosa da Igreja dentro de um contexto social.

Lima nos chama a atenção para o sentido técnico, político e espiritual que favorece a atuação dos clérigos e a dinâmica de expansão da mensagem religiosa da Igreja Católica para um aspecto social: “Eis aí o sentido completo – técnica, político e espiritual – em que a ação social se torna verdadeiramente humana, porque então nada do que é do homem escapa à sua atuação” (LIMA, 1938, p. 296).

Portanto, percebemos que D. Waldyr se apropriou de uma ação social completa para embasar as atuações religiosas e sociais. Principalmente, porque dispunha de posições privilegiadas, nas quais podia exercer seu poder, desde o período em que era seminarista até o período de autoridade eclesiástica instituída. Fez uso de um discurso e de uma linguagem tipicamente religiosa, que canalizava para uma dimensão espiritual, mas com uma finalidade social.

Identificamos, também, que as características intrínsecas à formação intelectual-religiosa de D. Waldyr estavam relacionadas ao princípio da Ação Católica Brasileira, de fazer com que a Igreja não perdesse sua função socioreligiosa dentro de uma sociedade cada vez mais laicizada, ressaltando os valores fundamentados no Evangelho, como a importância da família e da harmonia entre as classes sociais.

Um breve histórico da cidade de Volta Redonda e a chegada de D. Waldyr Calheiros à Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda

No dia 8 de dezembro de 1966, D. Waldyr tomou posse na Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda, por duas vezes: de manhã, em Barra do Piraí, na Catedral de Santana; à tarde, em Volta Redonda, na Co-Catedral de Nossa Senhora das Graças. A segunda foi considerada a posse oficial, pois é em Volta Redonda a residência oficial do bispado.

Ocorreram duas cerimônias de posse, porque Barra do Piraí já havia sido a sede da diocese, que, posteriormente, foi transferida para Volta Redonda. Essa transferência se deu devido a dois fatores: em primeiro lugar, porque a cidade de Volta Redonda estava se desenvolvendo rapidamente, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); em segundo, porque a cidade de Barra do Piraí se encontrava geograficamente equidistante dos sete municípios (Resende, Barra Mansa, Volta Redonda, Piraí, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin e Rio Claro) que compunham a diocese.

O desenvolvimento da cidade de Volta Redonda foi um processo iniciado com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, mas concretizado com a emancipação ocorrida em 1954, pois até então os impostos municipais eram recolhidos pelo município de Barra Mansa.

[...] Volta Redonda continuava a ser o 8º Distrito de Barra Mansa. Isso significava que os tributos decorrentes das atividades econômicas exercidas na região – e é claro que, entre estas, a da CSN se destacava amplamente – continuavam a ser recolhidos pela Prefeitura de Barra Mansa e a ser aplicados na sede do município: os problemas de Volta Redonda, que se haviam agravado com o crescimento desordenado da parte “velha”, permaneciam sem solução (MOREIRA, 2005, p. 68).

A CSN liderou a campanha pela emancipação, sob o argumento de que o município de Barra Mansa não fazia o investimento necessário na localidade. Após a

emancipação, a empresa manteve um convênio com a Prefeitura, o que lhe permitia o não pagamento dos impostos ao novo município, e, em contra partida, continuaria atuando na manutenção dos serviços públicos. Diante dessa situação, significa dizer que a CSN continuou a exercer um poder paralelo ao governo municipal.

Somente em 1967 a empresa passou efetivamente a execução dos serviços públicos para o município, pondo fim à institucionalização do convênio firmado em 1955. Com a emancipação “definitiva” de Volta Redonda, a empresa também passou a administração dos serviços sociais para a Igreja local. Em virtude da colaboração filantrópica da CSN às obras assistenciais da diocese, a Igreja local fortaleceu o Círculo Operário e a Comunidade Eclesial de Base junto aos trabalhadores da companhia.

Em pouco tempo, a diocese tornou-se uma importante instituição religiosa, que atuaria como mediadora entre a classe operária e a empresa. O objetivo era transmitir uma proposta teológica de “paz social”, dando legitimidade religiosa ao projeto de expansão da produção da companhia.

Assim, a Igreja buscou o apoio da CSN para difundir sua ação evangelizadora no meio operário, e, em contrapartida, a CSN avançou com seu projeto de regulamentação das relações sociais, fruto da dominação da força de trabalho do operariado. As estratégias desenvolvidas, concomitantemente, entre a Igreja e a CSN, visavam à subordinação dos indivíduos, por meio da obediência hierárquica e da disciplina, buscando desenvolver um controle social.

O envolvimento da Diocese com o poder estatal e com os militares remonta às relações entre o General Edmundo Macedo Soares e Silva e o bispo D. Agnelo Rossi, responsável pela Diocese de Barra do Piraí, como pode ser constatado por meio de um trecho de uma carta enviada pelo bispo D. Agnelo, em 1º de agosto de 1959, a Diretoria da CSN, representada pelo General Edmundo Soares:

A fim de que se possa concretizar a aspiração da atual diretoria da CSN de que Volta Redonda seja sede do Bispado, com vantagens incalculáveis de ordem social, educacional, moral e religiosa para a cidade do aço e sem ferir as prerrogativas de Barra do Piraí, venho na qualidade de Bispo Diocesano, solicitar da Exma. Diretoria da CSN as seguintes medidas: 1 – Que seja concretizada a transferência, por escritura de doação à Mitra Diocesana de Barra do Piraí, dos terrenos escolhidos, por acordo entre a Exma. Diretoria da CNS, o Exmo. Sr. Núncio Apostólico e o Bispo Diocesano; a saber, a área junto à Praça Brasil, entre as ruas 16, 41, 18 e a projetada, que a separa do Posto de Puericultura, e a outra área na rua 156, para a Presidência Episcopal.⁹

Porém, o apoio que a diocese prestava à companhia era no sentido de estabelecer na cidade operária uma estrutura religiosa, na qual os Círculos Operários e as Comunidades Eclesiais de Base pudessem desempenhar uma ação social a fim de fortalecer a imagem própria Igreja.

No entanto, a política desenvolvida entre ambas as instituições era díspar, mas que atendia a uma finalidade bem específica das duas principais instituições locais. Se de um lado estava a empresa, buscando estabelecer parcerias capazes de auxiliá-la a forjar um ideal de trabalhador do espaço fabril, de outro estava a Igreja, tentando, naquele momento, recolocar-se no espaço da política nacional.

Essa política de cooperação entre as instituições visava à legitimação do poder de ambas: a diocese recebia o apoio logístico e financeiro para a manutenção de sua infraestrutura e a consequente expansão da mensagem religiosa aos trabalhadores; a CSN recebia da Igreja o apoio religioso de que precisava para potencializar a subordinação da classe operária.

A partir da instauração do golpe civil-militar¹⁰ ocorrido no Brasil em 31 de março de 1964¹¹, as questões econômicas e políticas de Volta Redonda seriam administradas com a intervenção dos militares, por intermédio do 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), sediado em Barra Mansa/RJ, comando local de guarnição do Exército, responsável por controlar todos os atos contrários aos interesses do regime na região.

Em face do autoritarismo do regime militar, os movimentos sociais apoiados pela Igreja começaram a se opor, de forma mais incisiva, à maneira como o novo regime conduzia a política no país e, mais especificamente, na região Sul Fluminense. Para Estevez: “O momento da ditadura militar inaugura, assim, uma nova fase para o movimento operário da região, onde verifica-se uma rearticulação das forças sociais, tendo agora a Igreja como uma importante liderança” (ESTEVEZ, 2009, p. 1-18).

É nesse contexto sociopolítico que a diocese, comandada pelo bispo D. Waldyr, passou a contestar a política autoritária do regime, ao mesmo tempo em que apoiava as reivindicações trabalhistas dos operariados.

Obviamente, isso contribuiu para que os militares acompanhassem de perto o trabalho desenvolvido pela Igreja local, principalmente a relação do bispo com a classe operária, pois, à medida que o clérigo tomava conhecimento da política repressiva do Estado, criticava-a publicamente. Além disso, rechaçava, constantemente, a política trabalhista imposta pela companhia.

Com a oposição desses trabalhadores à siderúrgica e devido à estreita relação deles com a diocese, a direção da empresa passou a fazer o uso do aparato repressivo do Estado para impossibilitar a ação dos movimentos de massa em Volta Redonda. Nessa direção, Estevez aponta:

Diante de uma diocese composta majoritariamente por um apostolado operário e numa cidade onde as tensões entre o capital e o trabalho são iminentes, o novo bispo tomava contato com experiências de forte controle dos trabalhadores por parte da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e ao mesmo tempo com uma história de lutas e embates do movimento operário com a empresa e o Estado (ESTEVEZ, 2011, p. 15-32).

Nesse sentido, a Igreja, por meio do bispo D. Waldyr, fez-se presente na sociedade, atuando junto aos perseguidos políticos e aos movimentos religiosos e sociais, na defesa dos direitos humanos e contra a transgressão dos direitos individuais, por causa das ações desencadeadas pelo BIB contra diocesanos e leigos.

O contexto político-social de 1968: D. Waldyr e o caso dos Direitos Humanos em Volta Redonda

O ano de 1968 tornou-se uma data historicamente emblemática. Mas não devemos nos limitar somente aos aspectos políticos e culturais que marcaram a data, e sim, refletir sobre os elementos constitutivos desse processo e suas consequências. Além disso, vários fatores propiciaram o surgimento de diversos movimentos contestatórios em várias partes do mundo:

Tão importante quanto a reconstrução histórica de 68 (procurando entender o processo político que desencadeou os diversos '68' em várias partes do mundo, com seus significados próprios e algumas convergências) é compreender a memória de 68, seu conteúdo simbólico e imaginário e também sua força identitária. 1968 é um ano mítico, fortemente simbólico que se tornou, em todo o mundo, sinônimo de juventude e rebeldia (ARAÚJO, 2009, p. 17).

A construção histórica e estética de 1968 representa um elemento díspar nas lutas libertárias e identitárias, marcadas pela contestação à política e aos costumes. O cenário político de 1968 transformou-se em um “palco” de disputas por propostas políticas e por padrões estéticos nos aspectos culturais e comportamentais.

No Brasil, o ano de 68 marcou a passagem de uma transição expressada pela rápida modernização em curso. O símbolo dessa transformação é a inauguração de

Brasília como a nova capital federal, em 1960. Isso porque durante o governo de Juscelino Kubitschek vivia-se no Brasil uma euforia pela modernização do país. Essa euforia é ofuscada com a promulgação do Ato Institucional N.º 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968. O AI-5 acabou não só com a euforia do desenvolvimentismo, mas também com o florescimento político e cultural do país.

A desarticulação política iniciou-se com uma série de cassações e de perseguições a lideranças representativas no cenário político brasileiro. As primeiras cassações vieram com a expedição do Ato Institucional N.º 1 (AI-1) em 9 de abril de 1964. No entanto, essa desarticulação no campo político não se estendeu aos movimentos artístico e cultural. A perseguição desencadeada a eles só viria em 1968 com o AI-5. Desse modo, Ricardo Antonio de Souza Mendes afirma que:

A derrota política dos grupos de esquerda não é observável no plano da produção cultural, no qual as principais manifestações ainda eram capitaneadas por aqueles que apresentavam uma postura de franca oposição ao regime estabelecido (MENDES, 2008, p. 269).

O debate intelectual e a atividade artística contribuíram para o desenvolvimento de novas perspectivas culturais, servindo para uma rica produção cultural de ordem questionadora da realidade política brasileira. O Cinema Novo, o Centro Popular de Cultura e o Teatro de Arena desempenharam um papel significativo nas manifestações artísticas no período de 1964 e 1968.–Na prática, aqueles que não compartilhavam dos mesmos ideais do regime sentiam o poder de uma ditadura militar que não teria clemência dos opositores. No entanto, não se deve pensar que a repressão política surgiu somente como uma reação às “agitações sociais” ou a “opção de setores da esquerda pela luta armada” contra o regime a partir de 1968.

Na realidade, o projeto político autoritário de setores mais radicais do regime estava configurado logo após a deposição de João Goulart. Nesse sentido, Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas destacam que: “É fundamental que se compreenda o AI-5 como coroamento de um projeto político e conservador, que começou a ganhar força já a partir de 1964” (FREIXO E FREITAS, 2008, p. 9-10).

O projeto político e conservador do regime militar legitimado pelo AI-5 transformou-se, também, em um aparato legal da institucionalização da violência por parte do Estado, por meio da tortura e da repressão. No entanto, a tortura e a repressão não eram uma prática exclusiva do AI-5, pois no Brasil ela foi praticada “corriqueiramente” pelo Estado antes e depois do governo militar de 1964. Conforme

destacado por Serbin, “No Brasil, a polícia usava rotineiramente a tortura contra os pobres muito antes de 1964 e continuou a agir assim depois de 1985” (SERBIN, 2001, p. 319).

Mas o AI-5 mudou a forma pela qual o governo militar passou a lidar com a questão da tortura e da repressão. A partir desse momento, ocorreu um endurecimento por parte de regime militar, em nome da segurança nacional, da ordem política, da ordem social e contra qualquer tipo de manifestação contrário ao governo.

Em Volta Redonda não era diferente: qualquer manifestação, seja de ordem política, artística, cultural ou religiosa que envolvesse os movimentos sociais ou a diocese, era acompanhada de perto pelos militares do 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa.

É nesse contexto que se encontra a atuação do bispo no episódio dos direitos humanos em Volta Redonda, no ano de 1968. Quando operários da CSN e intelectuais foram presos pelos agentes do 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa (BIB) após uma comemoração¹² pelos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Em sua Diocese, D. Waldyr optou por realizar o evento no dia 8 de dezembro de 1968, para celebrar, conjuntamente, com os dois anos da sua chegada e posse à Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda.

O evento foi realizado no Centro Social no bairro Santa Cecília, no centro da cidade. Por Volta Redonda ser um município com grande concentração de operários, devido à instalação da CSN, foram incluídas, na programação, dramatizações que tratavam dos direitos dos trabalhadores, que estavam sendo violados pela companhia, principalmente a situação daqueles operários que eram responsáveis pelo funcionamento do alto-forno¹³. A peça teatral foi intitulada de “Zé do Forno”. O texto, datado de 8 de dezembro de 1968, trazia o seguinte diálogo:

Calor. Faz calor. Ei, vocês aí, vão buscar água pra mim... tenho a garganta seca de calor. É o raio desse forno, essa boca de aço, comendo fogo, vomitando aço... mas eu sou de carne, cerne quente, vermelha, macia... olhem a minha carne (mostras as mãos e o rosto, os olhos injetados (... dá pra bife: dá para assar: quem quer carne?). Não sou açougueiro, não senhor... sou o boi... o olho do patrão calcula o meu peso e o seu lucro... mede a carne e reclama dos meus ossos. Pena que ele não veja a ossada da minha mulher, pura costela: pois é, sou o boi assado... O doutor falou que preciso descansar, que essa história de boi assado é coisa doido, e que não é doido? O dia é doido, a noite é doida, a fome é doida, a vida é doida. Só a morte é racional. Doido é ele, com essa história de psico... psico-o-quê?... psicopata?... psicodélico?... Ah! o calor... o calor do sangue e o sangue na cabeça e

a cabeça no inferno... a cabeça na insalubridade... insalubricidade... insolucelcidade. E quero é cama... a cama branca de Santo Antônio... o lençol fresco da minha infância... o rosto da enfermeira, tão branco que parece o rosto da minha mãe... Mas, não adiante. Durmo hoje, amanhã o forno espera. O forno é a minha sombra, sombra preta de carvão, carvão da noite, noite da morte, cuspo preto, é carvão. Fungo preto, é carvão. Choro preto, meu Deus, é Deus é carvão. Será que o forno é meu Deus? Bem me falava aquela senhora do centro comunitário, que Deus espera a hora... deve ter chegado a minha agora... o centro comunitário... comunidade... imunidade... unidade... desumanidade... quem há-de? Deus, você está aí? (olha longe com as mãos na vista, ajudando) eu vou ver... você que veio deitar fogo na terra, deve estar aí dentro do fogo... Aqui fora eu sei que você está. Cá de fora só tem nós essas coisas sem ida, nem vida... (No escuro, choro misturado à gargalhada) Deus, eu vou lá, eu vou lá... eu vou lá...¹⁴

A peça teatral fazia uma crítica sobre o universo dos operários que trabalhavam no alto-forno, atividade considerada perigosa devido à exposição do trabalhador a altas temperaturas. Observa-se que a diocese, juntamente com os intelectuais organizadores do evento, utilizou-se dessa comemoração para fazer denúncias sobre as condições de trabalho em certas atividades na CSN.

Como as manifestações artísticas e culturais eram vistas pela censura como algo que iria contra o regime ditatorial, a fiscalização desse tipo de evento ficava a cargo do Departamento de Polícia Federal (DPF), que elaborava os relatórios ao Ministério da Justiça. Em Volta Redonda, esse serviço era realizado pelo próprio BIB. Foi assim que o serviço de espionagem do regime militar registrou toda a dramatização realizada no evento, por meio de um fotógrafo que, disfarçadamente, estava a serviço do batalhão.

No dia 10 de janeiro de 1969, os militares do BIB começaram a efetuar as prisões contra os intelectuais, os operários e os estudantes que haviam participado da comemoração. Como esse evento foi organizado com a colaboração da Diocese, o bispo viu-se obrigado, na condição de autoridade eclesiástica, a encontrar uma solução para o problema, uma vez que as famílias dos presos cobravam da Igreja local o apoio necessário para libertá-los. O bispo reuniu-se com padres e com paroquianos para tomar uma decisão em conjunto sobre o ocorrido.

No dia 14 de janeiro de 1969, o bispo solicitou ao coronel Armênio Gonçalves Pereira uma audiência para tratar das prisões e das difamações que o comandante vinha fazendo sobre a sua atuação episcopal. D. Waldyr foi acompanhado de mais dois religiosos – o Pe. Arnaldo Alberto Werlang e o Monsenhor Manoel Theophilo Barreto Vianna. No entanto, o comandante recebeu-os como autoridades eclesiásticas, servindo

um almoço, convidando-os para conhecer as dependências do quartel. Porém, negou que o motivo das prisões tivesse ligação com o evento organizado pela diocese.

Como o bispo não extraiu, do coronel, nenhuma informação sobre as pessoas que haviam sido presas e nem interesse do coronel em libertá-las, D. Waldyr resolveu protestar contra a detenção dessas pessoas, declarando-se prisioneiro. O objetivo de ter-se colocado nessa condição tinha tripla finalidade: dar uma resposta para os familiares dos presos; conscientizar os diocesanos de que suas ações não eram meramente políticas, e sim, de solidariedade com aqueles que haviam sido presos por estarem envolvidos com a Igreja e com o bispo; protestar contra as acusações imputadas a ele pelo BIB:

O objetivo de minha audiência: constatar a difamação que ele promove contra mim e a prisão de pessoas católicas que se achavam prisioneiras por minha causa. [...] insisti nos dois pontos da difamação e prisões por minha causa. Fiz ver ao Cel. que ficar na diocese, delatado e difamado, era preferível ficar preso. Disse-lhe que ele haveria de convir não ser possível eu assistir passivamente prisões de pais de famílias, privados da convivência com sua esposa e filhos, enquanto eu, o causador, o criminoso, o comunista e subversivo, estava solto. Então que ele me considerasse também prisioneiro.¹⁵

O bispo permaneceu dentro do BIB das 9h e 25 minutos até às 20h e 40 minutos, ou seja, foram mais de onze horas dentro do quartel. Em pleno AI-5, essa atitude já era o suficiente para ser caracterizada, pelo regime de exceção, como subversiva. Tanto foi assim que o comandante do BIB reagiu imediatamente, convocando a imprensa¹⁶ e as autoridades regionais¹⁷ civis e militares para demonstrar que a atitude de D. Waldyr era de agitar politicamente, e assim, forçar a soltura dos que haviam sido presos por causa da peça teatral.

Esse episódio teve grande repercussão na imprensa; a edição do jornal *O Globo*, de 16 de janeiro de 1969, trouxe uma reportagem intitulada *Bispo quer ser preso mas coronel não o atende*, explicando como o comandante do BIB havia recebido o bispo e o teor da conversa que tiveram no quartel. A reportagem dizia o seguinte:

Cientificado da presença do prelado, o coronel-comandante foi recebê-lo no portão e o conduziu ao seu gabinete. Depois, de troca de algumas palavras informais e de beber o clássico cafezinho e o um copo de água gelada, o bispo demonstrou desejo de conhecer as instalações do quartel, no que foi atendido pelo coronel Armênio que, solícito, o acompanhou no passeio, mostrando-lhe as dependências de comando, parques de viaturas etc. Terminada a visita, quando regressavam ao gabinete de comando, o bispo sem nenhum preâmbulo, e a queima-roupa, perguntou ao coronel porque

determinada peça teatral havia sido vetada pela censura. Porque é imoral e subversiva, respondeu o coronel. Não acho, retrucou Dom Waldyr. Acontece que o julgamento da matéria dessa natureza não nos compete, e sim ao órgão próprio, que é a censura federal, replicou o coronel. Quer dizer a peça está presa? Voltou Dom Waldyr. Presa não vetada pela censura, respondeu o anfitrião. Vem dar no mesmo e enquanto a peça não for liberada ficarei aqui, no seu quartel, na condição de preso, salientou o bispo.¹⁸

Observa-se como as informações foram distorcidas, já que a peça teatral que motivou a prisão dos que participaram não foi vetada pela censura. O censor apenas registrou a comemoração por meio de fotografia. O objetivo do BIB era identificar a participação daqueles que estavam envolvidos com o evento, para efetuar as detenções.

O bispo estava no quartel não por causa da peça teatral, mas sim para se solidarizar com aqueles que foram detidos por terem participado da dramatização e, também, para pressionar as autoridades militares a cessarem as acusações de que ele era subversivo, conforme explicado por D. Waldyr em entrevista concedida em 13 de abril de 2013:

Cheguei de manhã e o coronel lá sempre enrolando o negócio é... começou a fazer uma exposição, nessa exposição ele queria que gravasse, eu disse: 'Pode gravar'. Ele gravou, um... gravador que não existe mais hoje, daquele tamanho, e dentro dessa situação eu fui ele começou a gravar. Lá pelas tantas chega o meio dia. Ele vai na hora do almoço dispensar o resto do dia e perguntou se eu queria conhecer o quartel todo, não é! Foi mostrar lá aonde criava porco, era porcaria né! E foi comigo lá por dentro mostrar as suas iniciativas que tomava lá dentro, não é! Eu então acompanhando quando ele chega ele diz assim: 'Sr. Bispo, muito obrigado pela visita aqui o Sr. esteve'. Eu digo: 'Não, eu... perguntei ao Sr. se tem uns presos aí? Que o Sr. disse ao seus familiares que estavam presos por causa de mim. Eu então, já que deixou eles presos por causa de mim. Eu então, já que deixou eles presos e eu sou o causador, então vamos trocar? Eu fico e o Sr. liberta, porque as crianças, filhas desses presos estão chorando a ausência dos seus filhos. Então eu venho, fico e o Sr. manda pra eles cuidarem dos filhos deles', aí ... engrossou o negócio!¹⁹

A partir do gesto de se colocar preso no lugar daquelas pessoas, as autoridades civis, principalmente prefeitos e presidentes de associações classistas (Associação Rural Sul-Fluminense, Associação Comercial e Sindicato do Comercio Varejista), passaram a ver nas atividades episcopais de D. Waldyr uma semelhança com as desenvolvidas pela esquerda brasileira, por isso passaram a apoiar as iniciativas do BIB contra o prelado e contra os religiosos e leigos que o apoiavam.

Naturalmente, cada ato público do bispo contra a política desenvolvida pelo BIB, aumentava a vigilância em torno do prelado. Os militares também buscavam disseminar no imaginário das autoridades civis e religiosas uma correlação das atividades do bispo com o comunismo.

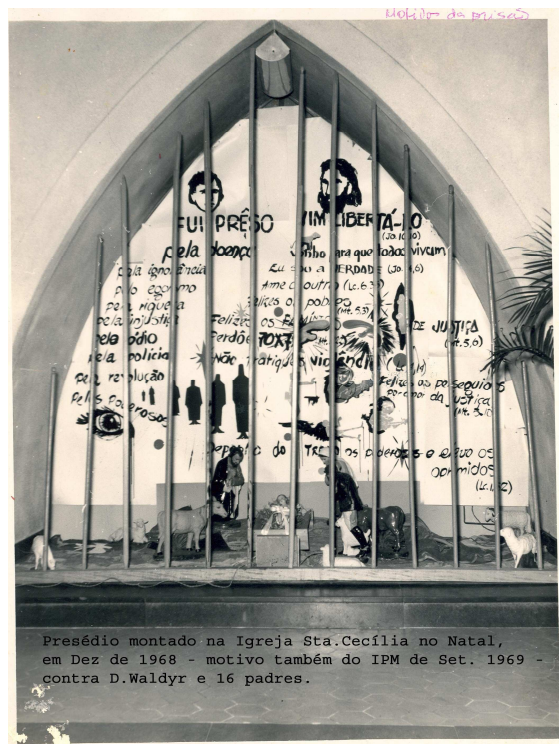
O coronel Armênio e o prefeito de Barra do Piraí, Walter Mariotini, em reunião no dia 21 de janeiro de 1969 em Barra do Piraí, buscavam expor para as autoridades militares e civis o envolvimento do bispo com atividades subversivas. O discurso do comandante embasou-se na apresentação de provas contra D. Waldyr:

As provas apreendidas foram encaminhadas ao Ministério do Exército, para seguir às mãos do Presidente da República. É obvio que haja evidência quanto à transferência do Bispo, constituindo seu afastamento da região, pois não merece mais a confiança dos diocesanos e muito menos das autoridades militares e outras de bom senso.²⁰

Em seguida, Walter Mariotini fez um discurso de apoio ao coronel Armênio e concluiu dizendo que: “Sendo católico, não poderia, contudo, admitir a atitude do bispo, que se revelava subversiva, contrapondo-se às leis e às tradições brasileiras, conforme as provas que nos foram amplamente exibidas”.²¹

O gesto do bispo de ir até o quartel e de se colocar no lugar dos católicos que haviam sido presos marca simbolicamente a sua atuação episcopal, tanto positivamente quanto negativamente. Para os opositores, constatou-se a necessidade de aumentar a vigilância em torno prelado, pois as autoridades civis e militares passaram a vê-lo com desconfiança; para os admiradores, essa atitude demonstrava coragem e proteção, além de simbolizar uma atuação pastoral encarnada em causas sociais e dedicada aos direitos humanos.

Os militares do BIB viam no gesto uma prova de que o bispo atuava politicamente contra o regime militar e teologicamente contra a tradição do catolicismo, já que D. Waldyr dava ênfase ao contexto político vivenciado na diocese. A fotografia de um presépio, montado na Igreja Santa Cecília, ilustra como o bispo contextualizou a realidade social por meio de um símbolo do catolicismo:



I. Foto do Presépio montado na Igreja Santa Cecília em dezembro de 1968

Após a prisão dos que participaram da peça teatral e de o bispo ter-se colocado prisioneiro dentro do quartel, foi exposto, na Igreja Santa Cecília, um presépio. Todos os personagens do presépio eram cercados por uma grade que retratava o cotidiano de uma prisão.

Nele se destacavam dois personagens. Um deles representava a prisão de um jovem com a seguinte frase: “Fui preso pela doença, pela ignorância, pelo egoísmo, pela riqueza, pela injustiça, pelo ódio, pela política, pela revolução e pelos poderosos”.²²

O outro representava Jesus Cristo, com a seguinte frase:

Vim para libertá-lo. Venho para que todos vivam. Eu sou a verdade, ame o outro, felizes os pobres, felizes os famintos, felizes os perseguidos, felizes os portadores da justiça, perdoe 70x7 e Não pratique violência. Felizes os perseguidos por amor a justiça (Mt. 5-10)²³

De posse dessa foto, o comandante Armênio explicou para as autoridades reunidas no dia 21 de janeiro que se tratava de presépio com imagens e dizeres subversivos:

Aparece um menino atrás das grades com chavões tipicamente subversivos, um suposto Jesus, com a cara de CHE GUEVARA, peças levadas a efeitos, explorando a miséria e a pobreza, e fustigando

principalmente os moradores da Beira do Rio Paraíba, levando sempre a um raciocínio lógico, da separação de classe, e declaradamente aversão pela Revolução.²⁴

Esse presépio foi fotografado pelo órgão de censura. Para os militares, os personagens e as frases representam uma prova da atividade subversiva do bispo. Além de retratar um cenário de encarceramento, também representava um Jesus pobre, libertador, e, que, por estar de barba, foi julgado pelos militares como sendo de Che Guevara, símbolo da esquerda latino-americana.

Considerações finais

Toda essa complexa realidade social e religiosa vivenciada por D. Waldyr surgiu conjuntamente com as desavenças com o coronel Armênio, a partir da política denegritória de sua autoridade religiosa feita pelo comandante do BIB, pelas prisões de católicos, iniciadas com o caso Juventude Diocesana Católica (JUDICA)²⁵ em 1967 e culminando com a prisão dos que participaram da comemoração dos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Tudo isso contribuiu de forma mais incisiva para que o bispo fizesse denúncias públicas sobre as torturas, ocorridas no interior do quartel em Barra Mansa após o AI-5.

A partir desses acontecimentos, as declarações do bispo à imprensa ganharam um tom de denúncia à repressão do regime civil-militar. Assim, quanto maior o vínculo estabelecido entre D. Waldyr e a classe operária, por meio das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), maior a proximidade do discurso do bispo com as reivindicações do movimento sindical.

Isso contribuiu para acirrar, ainda mais, os conflitos entre autoridade religiosa e autoridade militar, ou seja, entre D. Waldyr e o coronel Armênio. É nesse contexto de repressão e de denúncia que ambos buscaram assegurar e reafirmar seus poderes de autoridades legalmente constituídas.

O bispo desenvolveu um mecanismo de comunicação interna na diocese, para fazer frente à repressão do regime militar. Fazia circular boletins e informativos sobre a situação política, econômica e social de Volta Redonda em toda circunscrição diocesana, por meio dos sacerdotes que distribuía os folhetins nas paróquias. Com isso, as homilias passaram a cumprir uma função social, ao descrever a exploração vivenciada pelos operários da CSN.

Participou da organização do evento em comemoração aos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e os dois anos de sua chegada como bispo titular da Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda com uma peça teatral que retratava a vida cotidiana e o universo do operariado. Com a criação do personagem “Zé do Forno”, o bispo tinha a intenção de contextualizar todo o universo de uma atividade que expõe o trabalhador a uma situação desumana, por meio de uma metáfora.

O alto-forno é metamorfoseado por uma boca comendo aço, jorrando labaredas de fogo; a garganta do operário fica seca, as mãos, o rosto e olhos são maltratados pelo calor; o forno é a sombra do trabalhador, já que este não tem descanso e é sempre vigiado pelo patrão, que calcula a jornada de trabalho e o lucro.

O presépio representou as aflições do ser humano na figura de Jesus Cristo: um Cristo que vem para libertar seus filhos da prisão, da opressão, colocando-se como prisioneiro junto a eles. O gesto do bispo de se fazer prisioneiro para que seus seguidores fossem libertos representou um fato político com uma mística religiosa.

Referências Bibliográficas

- ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE BARRA DO PIRAÍ/VOLTA REDONDA. *Foto do Presépio montado na Igreja Santa Cecília em dezembro de 1968*. Pasta Prisão Direitos Humanos I 1968 – 1971.
- ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE BARRA DO PIRAÍ/VOLTA REDONDA. *Relatório Apresentado ao Episcopado em Volta Redonda em 15 de janeiro de 1969*. Pasta Prisão Direitos Humanos I 1968 – 1971. Doc 01.
- ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE BARRA DO PIRAÍ/VOLTA REDONDA. *Zé do Forno*. Pasta Prisão Direitos Humanos I 1968 – 1971. Doc 04.
- Livro de Tombo da Diocese de Barra do Piraí, 1958.
- ARAUJO, Maria Paula, Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. In: BISPO quer ser preso mas coronel não o atende. *O Globo*, Rio de Janeiro. 16 jan. 1969. p. 15.
- BISPO SUBVERSIVO. *O Estado ilustrado*, Nova Iguaçu. 26 jan. 1969. N. 97.
- FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; 1968: 40 anos depois: história e memória. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.
- AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. *História da Igreja Católica no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964*. Petrópolis: Vozes 2008.
- COMBY, Jean. *Para ler a História da Igreja: do século XV ao século XX*. São Paulo: Edições Loyola, 1995. 2 V.
- COSTA, Célia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Keneth (orgs.). *O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom. Waldyr Calheiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

ESTEVEZ, Alejandra. *As relações de autonomia e dependência entre os trabalhadores e a Igreja de Volta Redonda*. In: ANAIS DO XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, ANPUH, 2009. p. 1-18.

_____. O Caso JUDICA e as estratégias de conquista de hegemonia entre Igreja e Estado durante a Ditadura Militar. In: *Anais do III Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: Processos de Construção de Hegemonias do Brasil Contemporâneo*, 3., 2011, Marechal Cândido Rondon. Anais... Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2011. p. 15-32.

FIGUEIREDO, Eduardo David. A Ação Católica nas páginas da REB – Revista Eclesiástica Brasileira (1941-1962). In: Programa de Pós-Graduação em História – UNESP – Assis. *GT – História das Religiões: desafios teóricos, metodológicos e historiográficos*. p. 01-08.

FREIXO, Adriano; FREITAS, Jacqueline Ventapane. “Mas veio o tempo negro e a força fez comigo/O mal que a força sempre faz (...)”: o Brasil do AI-5. In: FILHO, Oswaldo Munteal; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. *Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 09-35.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: representação e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

LARANÃ, Ildelfonso Camacho. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

LIMA, Alceu Amoroso. *Elementos da Ação Católica*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916 – 1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANOEL, Ivan Aparecido. A Ação Católica Brasileira: notas para estudos. *Acta Scientiarum*, Maringá (UEM), v. 21, n.1, p. 207-215, 1999.

MENDES, Ricardo Antonio de Souza. Cultura e repressão nos tempos do AI-5. In: FILHO, Oswaldo Munteal; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. *Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

MOREIRA, Regina da Luz. *CSN um sonho de aço e ousadia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

NEM TODOS os padres estão de acordos com as idéias do Bispo Dom Waldir. *Sul do Estado*, Volta Redonda. 14 jan. 1969. p. 6.

NOVAES, Waldyr Calheiros de. Entrevista do D. Waldyr Calheiros de Novaes concedida a Luiz Fernando Mangea da Silva em 13 de abril de 2013. In: NOVAES, Waldyr Calheiros de. *Um católico Social: o bispo D. Waldyr Calheiros de Novaes da Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda*. [13 de abril, 2013]. Vassouras: Universidade Severino Sombra. Entrevista concedida a Luiz Fernando Mangea da Silva. SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

O COMANDANTE disse NÃO ao Bispo. *Sul do Estado*, Volta Redonda. 14 jan. 1969. p. 5.

SGARBOSSA, Mario; GIOVANNINI, Luigi. *Un Santo para cada dia*. Bogotá (CO): Editora San Pablo, 2007. p. 151-152.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

TERRA, Ana Carolina Lobo. Descortinando a Lógica Diocesana no Espaço Fluminense. *Revista de Estudos da Religião – REVER*. [on-line], São Paulo (PUC),

2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2009/t_terra.htm>. Acesso em: 15 fev. 2013. (ISSN 1677-1222).

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

Notas

¹ Este texto é parte do desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada “*Um Católico Social: Bispo Dom Waldyr Calheiros de Novaes na diocese de Barra do Pirai/Volta Redonda (1966-1972)*”, orientada pela Prof. Dra. Tatyana de Amaral Maia.

² Azzi e Grijp ressaltam que no Brasil os primeiros grupos da Juventude Operária Católica tiveram início na década de 1930 (AZZI; GRIJP, 2008, p.111).

³ Laranã descreve como se deu a nomeação do papa Pio XII, eleito Papa em 2 de março de 1939, ou seja, seis meses antes da invasão da Polônia pelos nazistas, fato que assinala o início da Segunda Guerra Mundial (1º de setembro de 1939). Esse episódio e suas incalculáveis consequências em todos os âmbitos será o principal fator determinante desse pontificado, já que seu pontificado dentro desse contexto da Segunda Guerra Mundial de (1939 – 1958) (LARANÃ, 1995, p. 155-156).

⁴ Sgarbossa e Giovannini descrevem como foi a instituição da Festa de São José Operário pelo papa Pio XII, que estabeleceu, em 1955, a festa de São José Operário, ele quis oferecer ao trabalhador cristão um modelo e um protetor. Na mensagem de Natal de rádio 1942 havia dito, “Todos os trabalhadores têm uma dignidade inalienável e, ao mesmo tempo, um vínculo estreito com a melhoria da pessoa: nobre dignidade é prerrogativa, que de modo algum humilha a fadiga e o peso a ser carregado como consequência do pecado original em obediência e submissão à vontade de Deus”. O próprio Cristo quis ser um trabalhador manual, passando grande parte de sua vida na oficina de José, mãos santas calejadas, o carpinteiro de Nazaré. A resposta que Cristo deu foi o exemplo dele, porque ele queria compartilhar a vida do trabalhador com José, e vem da mesma consciência do movimento trabalhista, que neste dia celebra a festa do trabalho e as realizações no campo social, sindical e econômico (SGARBOSSA; GIOVANNINI, 2007, p. 151-152) (Tradução minha)

⁵ A Ação Católica é uma participação na missão apostólica da Igreja; portanto, uma participação na dos bispos. Isso implica a noção de mandato atribuído pela hierarquia aos movimentos e aos militantes, bem como a independência desses movimentos em relação aos partidos políticos e aos sindicatos. Sem dúvida, o engajamento temporal dos militantes é requerido, mas é de ordem pessoal. Os bispos dão prioridade à evangelização. A ACI (Ação Católica dos Meios Independentes) surge um pouco depois. (COMBY, 1995, p. 201)

⁶ Eduardo David Figueiredo vê o ateísmo social como uma consequência do laicismo que se iniciou com a modernidade. Sendo assim, Figueiredo afirma que: o laicismo produziu uma espécie de bloqueio às possíveis ligações com o religioso, dando início ao afastamento da Igreja Católica da vida pública e a sua equiparação às outras religiões. (FIGUEIREDO, s/a, p. 01-08).

⁷ Esses movimentos são ramificações da Ação Católica que se transformou em agremiações ou numa especialização de católicos de acordo com o meio social de atuação. Dando origem a grupos que estão divididos da seguinte forma: JAC (Juventude Agrícola Católica), JEC (Juventude Estudantina Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). Essa divisão da Ação Católica obedecia a um conceito muito particular de sociedade e de classes sociais, ao mesmo tempo em que reconhecia e sacramentava a divisão social, entendiam ser classes sociais aquilo que, na verdade, eram agrupamentos técnico-profissionais. (MANOEL, 1999, p. 207-215)

⁸ No Brasil, fez pressão para que houvesse um catolicismo mais oficial e “aceitável”. Sentido-se ameaçado, o Vaticano passou a promover uma presença católica mais marcante dentro da sociedade. Os líderes do movimento reformista no Brasil eram politicamente conservadores, adeptos dos ensinamentos do papa Pio IX (1846-1878). Estavam intimamente ligados a Roma, eram intolerantes em relação à maçonaria e aos grupos religiosos rivais e insistiam na obediência à hierarquia, no celibato e no uso de trajes clericais. (MAINWARING, 2004, p. 42)

⁹ Livro de Tombo da Diocese de Barra do Pirai, 1958.

¹⁰ Para Ricardo Mendes, a caracterização da deposição de João Goulart, em 1964, por um movimento eminentemente militar apresenta-se, na atualidade um relativo questionamento. Assim, o historiador destaca que: É certo que os militares tiveram destaque ao longo do período que se estabeleceu a partir

da deposição de Jango, também é certo que, pelo menos na fase inicial, tanto a classe política quanto elementos oriundos da sociedade civil, tais como empresários ou mesmo setores políticos, partilharam do poder estabelecido e, em função dos deslocamentos a que foram submetidos nas principais instâncias de poder, cada vez mais criticaram o encaminhamento das coisas. (MENDES; 2008. p. 259-287)

¹¹ Após a instauração do golpe civil-militar, os militares procuraram construir um ideário de legitimidade do regime, por meio de uma suposta democracia que visava à sedimentação do desenvolvimento do país, bem como, à preservação, não só dos interesses do empresariado, como também, dos valores familiares, e, assim, afastar a possibilidade de implantação dos ideais comunistas no Brasil. A conjunção da atuação de setores militares e empresariais, no final da década de 50 e início da década de 60, em institutos como o IPES e o IBAD, sedimentava uma perspectiva de democracia que se estruturava sobre a não-aceitação e a não-tolerância de toda e qualquer ação e/ou reivindicação, as quais eles consideravam subversivas e contrárias à democracia com responsabilidade. Com isso, boa parte das igrejas, tanto a católica quanto as protestantes, contribuíram para dar legitimidade religiosa ao golpe civil militar de 1964. Tal legitimação ocorreu até os anos de 1968, com a publicação do Ato Institucional nº 5 (AI5) em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva (1967 – 1969), período em que passou a ocorrer a institucionalização da tortura. A partir desse momento, padres e protestante, considerados pelo regime militar como subversivos, passaram a ser investigados, interrogados e torturados. Diante dessas perseguições as Igrejas, principalmente a Católica, passaram a repudiar a tortura como método sistemático de interrogatório. (REZENDE, 2001, p. 66)

¹² Para o bispo D. Waldyr, essa comemoração foi instituída durante a IX Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada em julho de 1968, no Colégio Sagrado Coração de Jesus, no bairro de Laranjeiras no Rio de Janeiro, em que D. Hélder de Barros Câmara propôs aos bispos que deveria ser realizado uma celebração em suas dioceses em comemoração pelo aniversário dos 20 anos da declaração (COSTA; PANDOLFI; SERBIN, 2001, p. 102).

¹³ O bispo D. Waldyr ressalta que os operários desse setor, depois de certo tempo, ficavam doentes. Essa atividade era responsável pelo índice crescente de casos de loucura na família operária. Lugar de fabricar loucos. (COSTA; PANDOLFI; SERBIN, 2001, p. 103).

¹⁴ ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE BARRA DO PIRAÍ/VOLTA REDONDA. *Zé do Forno*. Pasta Prisão Direitos Humanos I 1968 – 1971. Doc 04.

¹⁵ ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE BARRA DO PIRAÍ/VOLTA REDONDA. *Relatório Apresentado ao Episcopado em Volta Redonda em 15 de janeiro de 1969*. Pasta Prisão Direitos Humanos I 1968 – 1971. Doc 01.

¹⁶ Quando o comandante do BIB, coronel Armênio convocou a imprensa ele emitiu a seguinte nota: Os senhores da Imprensa foram solicitados a comparecer a este quartel para testemunhar mais um fato doloroso sobre o procedimento do sr. Bispo Diocesano (*Sul do Estado*, 1969, p. 5).

¹⁷ A reportagem com a manchete: Bispo subversivo, do jornal *O Estado Ilustrado*, do dia 26 de janeiro de 1969, trazia a seguinte matéria: Na quarta-feira, última reuniram-se, em Barra do Piraí a convite do cel. Armênio, comandante do 1º BIB, sediado em Barra Mansa, o cel. Moacy Pereira comandante da 2º BCC de Valença, o comandante do 3º Batalhão da PM do Estado do Rio, sediado em Barra do Piraí; o prefeito de Barra do Piraí, Sr. Walter Mariotini; o de Mendes Sr. Renato Pereira; o presidente da Associação Rural Sul-Fluminense com sede em Barra do Piraí; o presidente do Sindicato do Comércio Varejista; o Delegado Regional de Polícia, Luiz Gonzaga de Lima Costa, o presidente da Câmara; a imprensa da região; o padre José, capelão da Santa Casa de Barra do Piraí e outras personalidades de relevo da região centro-Sul Fluminense a fim de apurarem a atividade subversiva do Bispo Diocesano de Barra do Piraí e Volta Redonda, D. Waldyr Calheiros. Nessa reunião o comandante Armênio expôs, com farta documentação, inclusive fotografias a atitude do prelado na sua própria residência episcopal. Acentuou o cel. Armênio às pessoas presentes na reunião, que o Bispo promovera propaganda no Teatro Santa Cecília em Barra Mansa, o que foi comprovado também, com farta documentação, apreendida pelo Exército, para seguir às mãos do Presidente da República (*O Estado Ilustrado*, 1969).

¹⁸ BISPO quer ser preso mas coronel não o atende. *O Globo*, Rio de Janeiro. 16 jan. 1969. p.15.

¹⁹ NOVAES, Waldyr Calheiros de. Entrevista do D. Waldyr Calheiros de Novaes concedida a Luiz Fernando Mangea da Silva em 13 de abril de 2013. In: NOVAES, Waldyr Calheiros de. *Um católico Social: o bispo D. Waldyr Calheiros de Novaes da Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda*. [13 de abril, 2013]. Vassouras: Universidade Severino Sombra. Entrevista concedida a Luiz Fernando Mangea da Silva.

²⁰ BISPO SUBVERSIVO. *O Estado ilustrado*, Nova Iguaçu. 26 jan. 1969. N. 97.

²¹ BISPO SUBVERSIVO. *O Estado ilustrado*, Nova Iguaçu. 26 jan. 1969. N. 97.

²² ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE BARRA DO PIRAÍ/VOLTA REDONDA. *Foto do Presépio montado na Igreja Santa Cecília em dezembro de 1968*. Pasta Prisão Direitos Humanos I 1968 – 1971.

²³ ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE BARRA DO PIRAI/VOLTA REDONDA. *Foto do Presépio montado na Igreja Santa Cecília em dezembro de 1968*. Pasta Prisão Direitos Humanos I 1968 – 1971.

²⁴ NEM TODOS os padres estão de acordos com as idéias do Bispo Dom Waldir. *Sul do Estado*, Volta Redonda. 14 jan. 1969. p. 6.

²⁵ No ano de 1967, quatro jovens ligados ao movimento católico Juventude Diocesana Católica (JUDICA) de Volta Redonda efetuaram uma ação de panfletagem que resultou na prisão destes e no início de uma série de relações de conflito entre o bispo local e o Estado militar. (ESTEVEZ, 2011)

Artigo recebido em 12/12/2013. Aprovado em 30/07/2014.